

**INVESTIGAÇÕES SOBRE A
INSTITUIÇÃO DO CAMPO PEDAGÓGICO EM MINAS GERAIS 1820/1950**

Autora: VEIGA, Cynthia Greive FaE-UFMG
Co-autores: BATISTA, Antônio Augusto Gomes
 GOUVÊIA, Cristina Soares de
 JINZENJI, Mônica Yumi
 LEONEL, Tatiana Luela de
 OLIVEIRA, Rachel Santos de
 SILVA, Marcilene da
 SOUZA, Hozana Penha de

O tema que ora propomos a investigar traz como problematização central e geral questões relativas à história da instituição do campo pedagógico no processo de escolarização da sociedade mineira, que se constitui ao longo do tempo, através de diferentes práticas e discursos voltados para a organização escolar.

A escola, no seu constituir-se, constrói uma cultura que lhe é própria. Caracterizada por um ritualismo tanto de produção como de socialização dos conhecimentos acumulados, bem como a instituição de um conjunto de valores e comportamentos que têm nela seu principal local de irradiação. Nesse processo, tais saberes e valores foram didatizados, transformados à luz da constituição de mecanismos de transmissão e aquisição do conhecimento submetidos a uma ciência pedagógica. Para tal, a pedagogia buscou estabelecer um retrato do aluno sujeito da ação escolar, historicamente identificado com a criança. De maneira equivalente, o sujeito encarregado de mediar o processo de transmissão do conhecimento tomou corpo na figura do professor, dotado de habilidades e saberes próprios que lhe davam competências para o exercício de sua função.

A seguir apresentamos as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sob essa temática a partir de seus objetos específicos.

**Viajantes do saber: os visitantes e os inspetores ambulantes da instrução pública de Minas Gerais
(1835-1906)**

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a organização e institucionalização do campo pedagógico em Minas Gerais no período 1835-1906

Os processos de constituição da instrução pública, estão sendo analisados a partir do uso de fontes documentais que pressupõem análises das estratégias discursivas, além da dimensão teórica relacionada ao conceito de governamentalidade abordado por Foucault(1979), que possibilita compreender melhor a organização do Estado no século

XIX e o papel da instrução pública no sentido de legitimar a Monarquia e a posterior passagem para a República.

Baseando em tais análises, a investigação dos processos de institucionalização da escolarização elementar em Minas Gerais parte de duas ordens de questões: Uma que se refere a mecanismos de interferência de inspetores e delegados junto aos presidentes de província que visa o processo de implantação e supressão de cadeiras de instrução pública, e outra relacionadas a representações elaboradas pelos delegados e visitantes, das ações dos(as) professores(as) configurando as práticas pedagógicas referentes ao período.

As questões se referem a expansão da idéia que a educação é um fator de civilidade associada a função do Estado como gestor da escolarização das populações no período imperial. A escola é concebida como instituição fundamental para o reordenamento social e um dos componentes do processo de estatização da sociedade que norteia a dimensão pública dos governos.

Particularmente esta pesquisa se justifica pela contribuição que possa vir a trazer para a historiografia da educação mineira e brasileira. Através da análise das fontes documentais e estudos teóricos espera-se trazer para o debate da história as regras racionalizadoras da configuração da educação como instituição pública e as representações das práticas dos

Livros escolares de leitura: o espaço dos possíveis e o espaço das posições 1868-1950

Esta pesquisa integra investigação de caráter mais amplo a respeito da constituição do campo pedagógico em Minas Gerais. Para isso, descreve e analisa o *espaço de possíveis* em torno dos quais se organizam as *tomadas de posição* discursivas, pedagógicas e editoriais desenvolvidas no *campo* da produção editorial escolar *brasileira* - particularmente daquela produção voltada para a leitura, no nível primário, no período situado entre 1868 e 1950.

Compreende-se por *espaço de possíveis* o “universo dos problemas, das referências, das balizas intelectuais (...), em suma, todo um sistema de coordenadas que é necessário ter em mente - o que não quer dizer conscientemente - para estar no jogo” (BOURDIEU, 1994: 61) em torno do qual se organiza a dinâmica dos campos de produção cultural. Assim, a pesquisa pretende reconstruir aquele conjunto de possibilidades sobre o qual se exercem, no

período, as tomadas de posição desenvolvidas no *campo* da produção do impresso escolar. Vale dizer, desenvolvidas naqueles “espaços sociais dos produtores” (p. 62) do livro escolar de leitura - autores, impressores, ilustradores, editores, adaptadores e tradutores -, “microcosmos sociais” (cuja autonomia e dependência relativas a outras esferas do social - campo do poder, campo burocrático, campo econômico e pedagógico - é preciso estabelecer) organizados como um conjunto de relações objetivas de força, construídas em torno da desigual distribuição de capital (simbólico e econômico).

O recorte temporal assumido, ainda que provisório, orienta-se por dois marcos principais: num extremo, 1868, data de um dos primeiros livros nacionais de leitura, o de Abílio Borges; num outro, 1953, quando *Pedrinho*, de Lourenço Filho, modifica os padrões pedagógicos, editoriais e discursivos do livro de leitura, que, em grande parte, mantêm-se até então estáveis.

Tendo em vista esse período, a pesquisa vem-se desenvolvendo em *três fases*. Num primeiro momento, foi realizado um levantamento da produção brasileira de livros escolares de leitura no período. Buscou-se, nessa fase, a partir da análise dos livros, determinar os sujeitos e instituições envolvidos na produção e na circulação do livro escolar de leitura. Buscou-se, ainda, identificar as principais tomadas de posição pedagógicas, editoriais e discursivas manifestadas pelos livros. Nessa etapa, os manuais de leitura constituíram, primordialmente, objeto e fonte da pesquisa. Foram também utilizados catálogos de editores e extratos de catálogos. Além do trabalho empírico, estudos sobre o livro didático brasileiro subsidiaram o levantamento.

A *segunda fase* terá por objetivo reunir dados sobre os sujeitos e instituições envolvidos na produção do livro de leitura, particularmente aqueles dados que poderão permitir estabelecer suas posições no interior do campo editorial escolar. Para obtenção desses dados serão utilizados arquivos das editoras, subsidiados por estudos sobre o livro brasileiro.

Na *terceira fase* da pesquisa, pretende-se enfatizar o estudo de aspectos da circulação e da recepção do livro escolar de leitura. Serão escolhidos alguns títulos considerados significativos para uma melhor compreensão da constituição do campo pedagógico em Minas Gerais. Prevê-se, aqui, uma diversificação e ampliação das fontes

utilizadas. Deverão ser empregados, além dos próprios livros de leitura, legislação, memórias, romances, entrevistas, dados censitários, revistas, jornais, almanaques, etc.

A construção da cultura escolar: a escola normal de Ouro Preto 1840-1890

A Escola Normal de Ouro Preto, fundada em 1839, marca a constituição de um espaço de produção e circulação de saberes pedagógicos que buscavam normatizar e racionalizar as práticas educativas escolares.

Na análise das disciplinas que faziam parte da formação dos alunos desta escola, percebe-se a orientação para o controle e desenvolvimento de uma conduta moral, cívica e religiosa, aliado à aquisição de conhecimentos ligados ao ofício docente. Embora seja na República que se conforme, de maneira mais sistemática, o desenvolvimento de um sentimento de nacionalidade na instrução escolar, alguns documentos apontam que esse processo, nas escolas, ocorreu de forma gradual ao longo da década; em 1884, já se falava em um caráter nacional da literatura brasileira, sendo este um dos pontos da prova de Literatura Nacional. E em 1888, já podem ser encontrados documentos que se referem a Língua Nacional, em substituição ao Português aliado à introdução, em 1872, das disciplinas História e Geografia Nacional, voltadas para o desenvolvimento da identidade nacional.

A construção de um sistema escolar dá-se a partir da influência de idéias iluministas na concepção de escola e educação. Além disso, ele faz referência a uma “*pedagogia moderna*”, incorporada na veiculação de novos métodos de ensino. Em relação a estes, de acordo com o desempenho/aproveitamento dos alunos, alguns eram capacitados ao ensino “tradicional”, outros, na primeira metade do século, ao método mútuo. Já na última década do século XIX, o método intuitivo aparece como metodologia utilizada na Escola Normal, representado como a melhor estratégia de promoção da aprendizagem da criança, principalmente na leitura e escrita.

Pode-se perceber também a presença do higienismo na elaboração dos currículos em que uma das matérias era denominada “*Historia Natural, Physica e Hygiene*”. Juntamente com conhecimentos relacionados à exploração da natureza, trata de temas como a necessidade do banho e do asseio do vestuário, conselhos sobre o asseio dos dentes, cabelos e da cabeça, sobre as vantagens do ar puro nas casas e da ventilação das mesmas.

O conteúdo da matéria pedagogia faz referência à educação física, à importância de uma alimentação regular e da prática de atividade física. E já na última década do século XIX, a psicologia aparece como conteúdo desta disciplina, sendo esta ligada ao estudo dos sentidos, da percepção, raciocínio e memória.

Pode-se em termos gerais na análise dos conteúdos desenvolvidos da Escola Normal a construção progressiva de saberes escolares, voltados para a veiculação de conhecimentos científicos, de comportamentos, códigos e valores relacionados à moral vigente e ao desenvolvimento do sentimento de nacionalidade.

Invenção da modernidade e escolarização do social: história das práticas escolares e do alfabetismo em Minas

Este sub-projeto, se insere na perspectiva da exploração de um conjunto de fontes pouco ou nada exploradas, de grande importância para a História da Educação mineira no século XIX, bem como a produção de um considerável "acervo" de fontes documentais, acerca da educação mineira no período proposto.

Os objetivos gerais giram em torno da investigação do processo de escolarização em Minas Gerais, entre 1820- 1940, suas relações com o processo de institucionalização da escola primária e com fenômenos político-culturais daí decorrentes. E ainda, a investigação das representações e práticas político-pedagógicas, produzidas pelos/as professores/as, inspetores e demais agentes sociais relacionados à educação escolar, referentes ao lugar e à importância sociais da instituição escolar e do processo de escolarização em Minas Gerais.

Para tanto, faz-se necessário não apenas localizar e analisar um conjunto bastante amplo de fontes documentais, para a história da educação mineira, mas também de produzir textos teóricos-metodológicos, que explicitem nossa compreensão a respeito das possibilidades de utilização de cada uma delas. Nessa perspectiva, algumas de nossas fontes constituem, a uma só vez, fontes e objetos de nossas investigações.



**INVESTIGAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CAMPO
PEDAGÓGICO EM MINAS GERAIS
1820-1950**

Projeto integrado de pesquisa
(Detalhamento do projeto integrado)

Identificação dos participantes
deste subprojeto

Viajantes do saber: os visitantes e os
inspetores ambulantes de Minas Gerais 1835-
1906

(Detalhamento deste subprojeto)

Invenção da modernidade e escolarização do
social: história cultural da escola e do
processo de escolarização em Minas Gerais
1820-1940

(Detalhamento deste subprojeto)

Identificação dos participantes
deste subprojeto

Livros escolares de leitura: o espaço de
posições e o espaço de possíveis
1868-1950

Identificação dos participantes
deste subprojeto

(Detalhamento deste subprojeto)

A construção da cultura escolar:
a escola normal de Ouro Preto
1840-1890

(Detalhamento deste subprojeto)

Identificação dos participantes
deste subprojeto